

GEOGRAFIA E PATRIMÔNIO URBANO: QUESTÃO METODOLÓGICA

Francisco Capuano Scarlato¹ & Everaldo Batista da Costa²

¹Professor doutor da Universidade de São Paulo / DG - USP
Cidade Universitária – Av. Prof. Lineu Prestes, 338, São Paulo (SP) - Brasil
fscarlato@usp.br

²Professor doutor da Universidade de Brasília / DG - UnB
Campus Universitário Darcy Ribeiro - ICC Norte, Brasília (DF) - Brasil
everaldocosta@unb.br

Recebido 15 de julho de 2013, aceito 25 de agosto de 2013

RESUMO: É reconhecida, nas últimas décadas, a crescente do número de geógrafos envolvidos em estudos sobre o patrimônio cultural, especialmente aquele referente às cidades: o patrimônio urbano. Nesse contexto, a análise ora apresentada assenta-se em duas questões: na *inquirição geográfica sobre os aglomerados da vida* e na *justificativa para a relação entre patrimônio e totalidade em Geografia*. Tais apontamentos auxiliarão na reflexão sobre uma possibilidade analítica do patrimônio urbano neste campo do saber, que é a de ultrapassar a dimensão do bem em si e dialogar com a noção de totalidade nos estudos patrimoniais, objetivo maior deste estudo.

Palavras-chave: Geografia; patrimônio urbano; totalidade.

ABSTRACT: It is recognized, in recent decades, the growing number of geographers involved in studies on cultural heritage, especially those relating to cities: the urban heritage. In that context, the analysis presented here is based on two issues: *the inquiry on geographical agglomerates of life* and *justification for the ratio between heritage and totality in Geography*. Such notes assist in thinking about a analytical possibility on urban heritage in this field of knowledge, which is to overcome the dimension of the good itself and engage with the notion of totality in heritage studies, which is the main goal of this study.

Key-words: Geography; Urban Heritage; totality

INTRODUÇÃO

É inegável que uma das maiores referências no debate internacional sobre patrimônio diz respeito a Françoise Choay. No livro *A alegoria do patrimônio*, a francesa nos deixa pistas caras para um aprofundamento no debate geográfico teórico e metodológico sobre o tema. Para a autora, o conceito de monumento histórico, a título de exemplo, não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere. Reconhece que a própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta da dialética da “arquitetura maior” e de seu entorno. Nesse sentido, isolar ou dar notoriedade paisagística a um monumento é o mesmo que mutilá-lo. A autora é categórica ao afirmar que o entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial. Entretanto, a hipótese que direciona nossa reflexão é a de que o patrimônio tornou-se tudo aquilo que a totalidade urbana não representa, pelo caráter disjuntivo e não dialético tanto do pensamento quanto da prática sobre os bens culturais, sobretudo a partir das cidades latino-americanas.

Nesse aspecto, reconhecemos, de antemão, que o patrimônio urbano deve ser tratado no contexto de uma teoria da urbanização e no enfoque metodológico de totalidades e totalizações. Esse viés se aplica ao estudo geográfico do patrimônio cultural (o termo mais abrangente da categoria patrimônio)¹, que se desdobra em variegadas noções: patrimônio histórico, patrimônio artístico e arquitetônico, patrimônio urbano, patrimônio material e imaterial, patrimônio arqueológico, patrimônio vernacular e outros. Isto significa que, a depender do enfoque da inquirição, devemos deixar claro quais princípios teóricos estarão

¹Para melhor elucidação da variação da noção de patrimônio, ver Choay (2006) e Costa (2010, p. 39-43).

associados ao termo. A unidade existente nessa discussão com viés geográfico parece estar alinhavada à ideia de herança espacial, quando o conjunto de bens materiais ou imateriais sintetiza *um legado na dialética do processo histórico* que se expressa nas paisagens e no próprio território, ambos em processo ininterrupto de materialização e ressignificação.

Assim, quando nos remetemos à noção de patrimônio urbano (escolha deste artigo), estaremos, antes de tudo, nos referindo à cidade como o grande produto cultural da humanidade, como um monumento transformado em sua totalidade e no bojo da totalidade de processos e fenômenos que constituem a totalização social. Estruturas viárias antigas e novas, monumentos históricos e prédios modernos, conjuntos históricos e bairros novos formam, em processo histórico ininterrupto, um verdadeiro livro de pedras que nos permite ler a produção passada-presente do território, revelando-nos a dialética do espaço-tempo. No dizer de Sitte (1992), as cidades são *verdadeiros catalizadores no processo de invenção de novas configurações espaciais*, e o patrimônio institucionalizado eclode como resultante dessa catálise. Pensar estas novas configurações espaciais é, ao mesmo tempo, lançar luz aos conflitos entre o novo urbanismo contemporâneo que muitos o localizam no “pós-urbano” e a cidade como herança, como patrimônio, como um *organismo estético de fruição*.

Choay (1994) considera que, no século XX, a doutrina do movimento moderno e os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) visaram à destruição da cidade tradicional em proveito dos grandes equipamentos que impactariam a escala local. Por mais que muitas cidades brasileiras ditas históricas não tenham sofrido esse impacto de forma avassaladora, os avanços técnicos da modernidade atingiram e atingem sim essas cidades. No caso de grandes cidades como São Paulo, Recife, Porto Alegre e outras, muito se perdeu

do sítio original patrimonial, nesse contexto. A negligência à memória chegou ao absurdo da demolição de quarteirões ou seus setores (caso do Recife - PE) ou da construção de edifícios em meio ao centro histórico (como se deu em São João del-Rei - MG). A aceleração galopante da comunicação e dos transportes tomam conta de todos os territórios possíveis, associado ao desenvolvimento local necessário à sobrevivência de populações; isso, para Choay (1994, p. 224), favorece a transformação do cotidiano, quando da articulação de novas dimensionalidades econômico-culturais nas cidades. Surgem proposições para a catalisação e transformação das residências (realocação da população), do lazer, das férias, do ambiente, quer dizer, uma distribuição (particularista) do *plaisir existentiel et esthétique* tratado pela autora.

Essas dimensionalidades das condições de existência contemporâneas nas cidades, permeadas pelos adventos técnicos que conformam o território, nos fazem considerar que o patrimônio urbano, no viés geográfico, não pode ser tratado senão no cerne de totalidades escalares, para além de totalidades pensadas empiricamente. Em síntese e entendendo as cidades como lugares de confluências por excelência, concordamos com Kiichi (1994, p. 337), ao dizer que evidenciam *les conflits et les convergences d'intérêts d'éléments internes à la ville*. Se a cidade apresenta forças centrípetas e centrífugas, em sentido econômico e político, são suas espacialidades internas resultado de um amplo jogo de forças resultantes da história cultural do lugar em *situação espacial*, como veremos. A monumentalidade urbana histórica demarca sentidos da existência social no e do lugar; o saber-fazer, os costumes, as relações socioespaciais, os anseios, os medos, as angústias e tudo aquilo que envolve a relação dos sujeitos com o mundo material e espiritual estão petrificados nas cidades e registrados no que hoje se convencionou instituir por *patrimônio*, aqui entendido o patrimônio urbano.

Logo, com o objetivo de apresentar uma reflexão sobre uma possibilidade analítica do patrimônio urbano em Geografia, o fio condutor da análise ora apresentada assenta-se em duas questões cardeais: uma *inquirição geográfica sobre os aglomerados da vida* e uma *justificativa para a relação entre patrimônio e totalidade em Geografia*.

INQUIRIÇÃO GEOGRÁFICA SOBRE OS AGLOMERADOS DA VIDA: TOTALIDADE NA HISTÓRIA DO TERRITÓRIO

O geógrafo, na perspectiva analítica patrimonial e em seus levantamentos, encontra na materialidade do espaço produzido os traços da cultura de uma sociedade, pois o território guarda marcos ou heranças do passado.

Yi-Fu Tuan (2013) nos deixa informações preciosas sobre expressões culturais espaciais que são signos da história do patrimônio vinculado à fixação do homem a terra ou ao decurso de seu trânsito. Partamos para um primeiro caso documentado pelo autor. As línguas sumeriana e acadiana não fazem distinção entre vila e cidade, afirma; ambos os tipos de assentamento foram chamados de *uru* pelos sumérios e *ãlu* pelos acadianos. Esses termos são aplicados para quaisquer grupos de casas feitos de adobe, diz Tuan. Um muro de cercamento era regra, mas não um pré-requisito; garantir o suprimento de alimentos estava sempre na mente dos mesopotâmios, mesmo para aqueles que viviam no interior das muralhas. Para esse geógrafo, uma típica cidade da Suméria incluía áreas cercadas de muros que continham o templo ou os templos, o palácio com as residências dos oficiais reais e as casas dos cidadãos. *“Ficamos, eventualmente, impressionados com esse núcleo monumental, esquecendo que estava próximo dos uru.bar.ra, a palavra sumeriana para ‘cidade exterior’.* *Esse arrabalde podia ser protegido por uma muralha secundária ou por postos avançados, como os mencionados no período neobabilônico. Essa cidade*

exterior era um agrupamento de casas, fazendas, campos e jardins” (Tuan, 2013, p. 05-06). Esse relato nos indica uma forma de aglomerado que não se encerra em si mesmo, por possuir relação com o mundo exterior. Nesse sentido, é necessário considerar que processos como a guerra, a usurpação, a escravidão, o comércio, a necessidade de sobrevivência incorporam uma totalidade de provações necessárias para a vida do grupo e mais, tais processos exteriores constituem fundamento da formação material e espiritual desse povo e de seu patrimônio.

Um segundo caso de expressão cultural aglomerativa materializada no espaço e indicado por Yi-Fu Tuan corresponde à cidade medieval europeia. Nos dizeres do autor, essa cidade tinha amplos espaços abertos para plantações e criações. *“Essas áreas podiam existir dentro dos muros, porque a forma característica do muro estava mais para uma estrela-do-mar do que para anéis concêntricos”*. E não apenas *“no centro encontrava-se uma área densamente ocupada, da qual partiam braços radiais de casas ao longo das estradas arteriais que levavam aos portões da cidade”*. Ainda, *“as áreas triangulares criadas entre as estradas radiais eram esparsamente ocupadas até a metade do século XIX. Casas foram edificadas com campos e hortas, formando enclaves da vida rural dentro da cidade”* (Tuan, 2013, p. 06). O esforço que o geógrafo deve fazer nessa leitura é o de buscar o todo no processo desse levantamento empírico-morfológico. Analisar, hoje, uma cidade do período medieval requer entendê-la transformada em sua totalidade empírica sim, mas essa leitura deve ser complementada; cabe indagar o todo que compreende o espaço-tempo-massamovimento da história de cidades-patrimônio constituídas com o advento do comércio e em respaldo ou proteção ao mundo exterior; os muros ou a muralha fizeram-se elementos singulares daquela sociedade proto-urbana que tinha no dentro e no fora, no interior e no exterior, na matéria e no espírito os pares de

uma vida que se totalizava em conexões com o mundo conhecido e desconhecido.

Um terceiro caso de ordenamento aglomerado indicado pelo autor diz respeito aos núcleos egípcios. *“No Egito antigo (cerca de 1400 a.C.), o valor da terra na área central da cidade impedia a implantação de grandes jardins. Ocasionalmente, árvores frutíferas, como tamareiras, eram plantadas ao lado das residências”*. De acordo com o autor, *“a importância do jardim na vida egípcia é demonstrada pelo fato de serem encontrados ao lado de todo o tipo de estruturas – palácios, templos, capelas e casas de campo. Formal nos arranjos, um jardim egípcio continha hortas, árvores frutíferas e plantas decorativas”* (Tuan, 2013, p. 07). Essa referência, distintamente das anteriores, traz para o geógrafo expressão de uma vida bucólica que se destoa do movimento centrífugo e centrípeto mais acelerado que produz os aglomerados anteriormente elencados. São distintas permanências que se encontram em conexão histórica no transcurso da vida de gerações e em meio a transformações, mas cada um desses momentos de aglomerados sintetizam um patrimônio material e espiritual próprio do momento. Esse patrimônio já o é em sua gênese concreta, pois diz respeito ao gênio criativo humano, não carece de instituição para caracterizá-lo ou perfazê-lo. Desvelar a totalidade do espaço-tempo possibilita a revelação da gênese dos valores patrimoniais, despretensiosamente de institucionalização.

Um quarto e último tipo de aglomerado que podemos resgatar da análise de Yi-Fu Tuan corresponde às cidades renascentistas. *“Na Florença renascentista um cidadão bem-sucedido tinha uma casa na cidade, uma loja onde trabalhava e uma vila ou fazenda nos subúrbios”*. O autor indica que *“numerosas casas de campo e vilas cercavam Florença. Um comerciante próspero podia ter uma propriedade além dos muros da cidade, que fornecia verduras, vinho, óleo, forragem e madeira”* (Tuan, 2013, p. 10). Entrelaçar os elementos totais que correspondem a um aglomerado renascentista (forma e estrutura urbana histórica,

o papel do comércio no passado e no presente para a Europa, o lugar e a função da arte renascentista, os intercâmbios com o mundo exterior) pode fazer com que o geógrafo reconheça o lugar da própria Geografia menos preocupada com o cenário e mais vinculada à vida e à existência humana. A totalidade buscada nesses estudos, então, é a dos processos que metamorfoseiam e singularizam, geração a geração, a vida nas cidades. E cada quarteirão, cada bairro de uma cidade, a materialidade que possibilita os ritos sagrados e profanos sintetizam uma face da história total dessa mesma cidade.

Partamos para uma outra dimensão de *habitar* ou de *estar* no mundo, que gera, sem dúvida, um patrimônio distinto da humanidade.

Olhar os povos beduínos nas paisagens desérticas, com suas tendas e utensílios de sua vida cotidiana, nos revela a dialética entre suas técnicas, suas concepções estéticas e o diálogo com suas práticas sociais que lhes dá unidade, garantindo a produção de um imaginário simbólico que lhes permite a reprodução enquanto uma sociedade tradicional. Não serão estes agrupamentos com suas tradições, com laços coesos, embriões de vida urbana? Quais são as fronteiras entre o urbano e o não urbano? Será que estes povos que vivem na transumância, transportando todos os objetos de sua cultura, carregando consigo os laços de coesão social que lhes dá forte unidade e solidariedade não incorporam os laços de uma cultura imaterial? Suas tradições são suficientes fontes para garantir-lhes a unidade cultural.

O geógrafo tem, no fundamento de sua disciplina, instrumental teórico para reconhecer a diversidade que emoldura o patrimônio urbano material-imaterial e ao mesmo tempo identificar os elementos essenciais que diferenciam culturas e representações. Neste percurso analítico, poderá buscar a essência que garante a permanência de traços culturais por meio da inquirição territorial

ou paisagística. Falamos de essência, aquilo que transcende a aparência. Esta é que deve ser buscada quando queremos definir as fronteiras daquilo que pretendemos como patrimônio. Uma tribo nômade de um deserto, com seus tipos humanos característicos, os beduínos, representam característicos sujeitos-patrimônio com suas heranças, saber-fazer, relações com os lugares, laços de convívio, afetividades, trânsitos etc.

No contexto da vida em cidades (de distintas escalas), o que podemos pesquisar é a essência das relações que tecem a vida urbana e que são embrenhadas no patrimônio ressignificado, reutilizado. O cidadão cria raízes com a terra (e com a cidade, por vezes), os beduínos não. Suas tendas lhes permite montar e desarmar suas residências. A cidade não. Mesmo com o processo de construção e desconstrução que marca por séculos a vida das cidades, elas permanecem circunscritas a uma fronteira que pode até se expandir, diferente dos espaços beduínos. Porém, este é o ponto chave para pensarmos o que deverá ser considerado patrimônio urbano.

No processo de construção e desconstrução, devemos procurar perceber os edifícios, bairros, monumentos que resistiram a este processo de mudanças. Porém, é uma mudança que se superpõe como palimpsesto e expandem suas fronteiras, mas que ao mesmo tempo se acumulam historicamente, numa associação dialética de estilos e estruturas que se avizinham, se afirmam e se negam, reciprocamente.

Assim, o geógrafo deverá procurar desvendar o espaço-tempo acumulado na cidade, os fragmentos que possam revelar suas essências históricas, as quais sintetizam um patrimônio urbano, pois herança do e no território. Enquanto o geógrafo preocupado com as cidades tem na própria cidade em pedras a possibilidade de leitura da história por meio de uma *arqueologia geográfica*

urbana, aquele estudioso deste campo do saber preocupado com o “patrimônio nômade” precisará recorrer a fontes orais, escritas e à pesquisa de participação ou profundidade junto ao próprio beduíno em trânsito pela Península Arábica. Em ambos os casos a pesquisa participativa faz-se necessária e, no caso do geógrafo, precisará reconhecer as totalidades e totalizações nas quais se inserem o patrimônio urbano e o “patrimônio nômade”. O que vai distinguir e direcionar uma atitude e a outra será a especificidade do objeto: de um lado, há um patrimônio material que guarda o espírito da história territorial urbana; de outro, vigora um patrimônio espiritual que assegura a continuidade da vida concreta do beduíno em trânsito pelo território, em conflitos de tribos, em comércio com povos, em representação e símbolo patrimonial de um gênio criativo de vida singular. No primeiro caso, a cidade (lugar do habitar sedentário) faz-se objeto patrimônio, no segundo caso, os valores e a distinção do habitar e as relações nômades que guardam características específicas diretas com os territórios e os lugares é que se constituem no patrimônio: “patrimônio fixo” e “patrimônio móvel”, respectivamente e em totalização pelo movimento da vida ativa que envolve ambos.

Nos dois exemplos, a busca deve ser a da totalidade: em um caso, a da cidade e outras totalidades, no outro, a totalidade do espírito da vida que potencializa e preconiza a transumância. A totalidade do espírito, em uma concepção diltheyniana, é a totalidade da história universal, o que torna possível a atuação conjunta de distintas capacidades analíticas que convergem das ciências humanas a favorecerem o geógrafo na análise do patrimônio imaterial. *“É desnecessário afirmar que só a partir da vivência é que temos o nosso conhecimento de todo e qualquer estado de fato espiritual”* (Dilthey [1883], 2010, p. 164). Exige-se do geógrafo, tanto na cidade-patrimônio do morar, quanto na leitura do trânsito da moradia cujos sentidos de existência adquiridos são o

próprio patrimônio, a capacidade de um estrabismo metodológico que articule escalas territoriais e de gradação reflexiva matizada.

Temos aqui um viés de abordagem do patrimônio urbano em Geografia: não como objeto em si, mas como elemento ou parte de totalidades e totalizações que encerram, no limite, a história do território e as heranças depositadas, a própria história do território com a vida que a anima enquanto memória e patrimônio². Algumas das possibilidades de abordagem da totalidade, nos estudos patrimoniais geográficos, é o que pretendemos analisar no item subsequente, para que consigamos apreender a cidade toda como um patrimônio em construção, junto ao patrimônio institucionalizado. O esforço, então, é o de se atribuir valores cognitivos, afetivos e de sobrevivência à cultura não institucionalizada na história oficial e total das cidades.

PARA JUSTIFICAR A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO E TOTALIDADE EM GEOGRAFIA

Neste ponto, inicialmente, trataremos do entendimento da noção de totalidade. Uma concepção fundamental do termo, entendemos, está na obra do filósofo tcheco Karel Kosík. Para o autor a realidade é interpretada com base na própria realidade e não a partir de algo diverso de si mesma, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento. Assim, para alcançar a realidade é necessário, afirma: caminhar entre a “caótica representação do todo” e a rica “totalidade da multiplicidade das determinações e das relações”, sabendo que o todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe é dado de forma sensível, isto é, por meio de representações, na opinião e na experiência (Kosik, 1976, p. 34-35).

²Ver esse debate aprofundado em Costa (2011).

Temos, então, primeiros argumentos para alegar a urgência de o geógrafo extrapolar a leitura do bem em si, ou seja, do monumento, do saber-fazer isolado, do patrimônio destacado, do centro histórico institucionalizado, da área urbana passível de intervenção urbana. Se a realidade deve ser interpretada com base na própria realidade, a realidade patrimonial não é a da representação que o objeto adquire no contexto de sua institucionalização, pelo contrário, a essência de sua realidade está no processo que advém de sua gênese primária. Deve-se reconhecer as relações múltiplas que perfazem o bem e o colocam em *situação espacial*, ou seja, articulado com o mundo.

Karel Kosík nos alerta. Para o autor, o problema no século XX é que, por vezes, a totalidade deixa de ser um conceito dialético. Foi reduzido a uma exigência metodológica e a uma regra metodológica na investigação da realidade, o que gera duas banalidades, afirma: tudo está em conexão com tudo e que o todo é mais que as partes. “*Na filosofia materialista a categoria da totalidade concreta é, sobretudo e em primeiro lugar, a resposta à pergunta: que é a realidade? E só em segundo lugar, e em consequência da solução materialista da primeira questão, ela é e pode ser um princípio epistemológico e uma exigência metodológica*” (Kosík, 1976, p. 42).

Logo, o cuidado do geógrafo deve ser o de reconhecer, de fato, tão somente as relações que perfazem o bem colocando-o em *situação espacial*, entendendo que um sítio histórico, um monumento ou uma área de intervenção urbana não podem ser minimizadas perante o todo, mas ser elemento base para o reconhecimento desse mesmo todo, para então a totalidade se fazer um princípio epistemológico e uma exigência metodológica. Nesse sentido, a totalidade é entendida não como todos os fatos, mas é a realidade como um todo dialético; aspecto que nos permite compreender o fato patrimônio de forma racional.

A referência seguinte nos é basilar para a reflexão,

La reclamada sostenibilidad de los recursos patrimoniales pasa por una visión más flexible y realista de la relación existente entre el patrimonio, el espacio que ocupa y su entorno. La identificación del sistema cultural de la ciudad y el territorio, la localización de sus recursos culturales, la dimensión histórica de los distintos espacios que conforman la ciudad (sean estos medievales o contemporáneos) o el territorio, y no exclusivamente los centros o lugares históricos, y su interrelación con los elementos naturales (ríos, colinas, bosques), ofrecerán una lectura nueva de la cultura urbana y frenarán las tendencias de desarticulación espacial del patrimonio, tal y como sucede con muchos recursos de este género en las periferias o espacios en proceso de urbanización. (Fernández Salinas, 2005, p. 10).

O referido autor nos apresenta palavras-chaves que nos obrigam a refletir, mais uma vez, sobre o lugar do debate da totalidade nos discursos geográficos sobre o patrimônio urbano. Perspectivas como *relação entre patrimônio e espaço; sistema cultural da cidade e o território; localização de recursos culturais e a história da totalidade urbana; cultura urbana e; desarticulação espacial do patrimônio* fazem-se elementos caros de nossas avaliações patrimoniais.

Se a facticidade dos fatos não equivale à sua realidade, mas à sua fixada superficialidade, unilateralidade e imobilidade, como afirma Kosik (1976), a realidade do patrimônio se oporá à sua facticidade não por ser uma realidade de ordem distinta ou independente de outros fatos, mas por ser a sua realidade a dinâmica e o contraste do próprio patrimônio enquanto fato, por estar em *situação espacial* com o mundo. Nesse aspecto, não pode o geógrafo entender a realidade do patrimônio urbano a não ser arrancando-o do contexto no qual está inserido,

isolando-o e o tornando relativamente independente, o que equivale a dar fundamento para seu conhecimento, no contexto da cisão do todo. *“Todo conhecimento é uma oscilação dialética, oscilação entre os fatos e contexto (totalidade), cujo centro ativamente mediador é o método de investigação (...) A absolutização desta atividade do método dá origem à ilusão idealista de que o pensamento é que cria o concreto, ou que os fatos adquirem um sentido e um significado apenas na mente humana”* (Kosík, 1976, p. 57).

Outra importante avaliação geográfica referente a bens culturais advém de Roberto Lobato Corrêa. O autor trata de um elemento patrimonial urbano, sistematiza a lógica que enreda a produção de monumentos históricos. Corrêa (2005, p. 01-02) entende os monumentos como representações materiais de eventos passados, integrantes do meio ambiente construído e compõem, de modo marcante, a paisagem de determinados espaços públicos da cidade. Para o autor, *“apresentam, assim, forte potencial para perpetuar antigas tradições, fazer parecer antigo o que é novo e representar valores que são passados como se fossem de todos”*. Se os monumentos expressam os sentimentos estéticos do momento e, ao mesmo tempo, constituem representações materiais dos profundos processos econômicos, sociais e políticos de um período de grandes transformações, como requer Corrêa (2005), como isola-lo do contexto? Como não entender a estratégia histórica totalizante da implantação de monumentos históricos nos espaços citadinos? *“Identidade e poder parecem ser as palavras-chave em torno das quais aquelas representações materiais foram produzidas”* (Corrêa, 2005, p. 13).

No contexto em que a categoria totalidade, como nos ensina Kosík (1976), perde seu caráter dialético e potência se é entendida apenas horizontalmente, como relação das partes e do todo, e se desprezamos os seus outros caracteres orgânicos, a sua dimensão genético-dinâmica (criação do todo e a unidade das

contradições) e a sua dimensão vertical, que é a dialética de fenômeno e essência, cumpre-nos aprofundar a análise do patrimônio urbano no contexto da cidade enquanto a grande obra da civilização. Corrêa (2005, p. 13) é proeminente nesse sentido e nos chama atenção para esse contexto da totalidade no cerne de horizontalidades e verticalidades (que em nosso caso se aplica à leitura patrimonial urbana): *“Nos monumentos estão inscritos as representações que os homens fazem da história e da geografia. São eles, portanto, parte da complexa e variável temporalidade e espacialidade que caracterizam a ação humana”*.

O que nos é claro e é amplamente discutido no meio acadêmico é que o patrimônio, especialmente o urbano, converteu-se nos últimos anos em um recurso territorial que passa por ampla mudança qualitativa em suas representações. Nesse movimento, é reconhecida a ampliação do debate e das ações em prol do patrimônio dito imaterial e se tem buscado (apresenta o discurso) políticas mais eficazes de participação social nas ações destinadas a esses acervos históricos. Reconhece-se, também, de forma incipiente na Geografia, *“que las escalas tradicionales de protección del patrimonio entran en crisis (entornos monumentales, centros históricos) por revelarse insuficientes para su correcta gestión, el territorio, en toda su complejidad, se convierte en un referente básico en el que entender y gestionar los recursos patrimoniales, especialmente si se entiende que éstos son receptores de importantes valores colectivos, al tiempo que un factor de desarrollo y cualificación social, productiva y territorial”* (Férrandez Salinas, 2013, p. 5-6).

Instala-se uma crise das formas tradicionais de proteção ou de tutela do patrimônio, no cerne de uma urbanização acelerada. Nesse sentido, justificamos o debate apresentado, que visa a indicar a inquirição geográfica do patrimônio urbano por meio da noção de totalidade por dois motivos. Primeiro, pois uma

obra sobrevive às condições determinadas em que surge e da própria história pela força da *situação espacial* que a projeta para o mundo, ou seja, pelos valores simbólicos e afetivos que incorpora no transcurso do tempo e das gerações, fazendo com que os usos e as apropriações a tornem fundamental para a sobrevivência e a permanência do grupo em dado território (caso de uma igreja antiga, de um palácio, de um mercado, de uma grande área que envolva espaços e edifícios públicos e mesmo privados, mas de valor simbólico histórico e mesmo de uma cidade inteira). Em segundo lugar, inquirir geograficamente o patrimônio urbano pelo viés da totalidade concreta justifica-se por ser, enquanto obra da humanidade, um documento complexo. Examinar esse tipo especial de documento (a cidade enquanto uma grande obra humana) requer coloca-la em *situação espacial*, para saber em que medida é espelho de uma dada época ou de quais épocas. Como nos afirma Kosík (1976, p. 141), “*toda criação cultural cumpre a função de testemunho do seu tempo*”, a essência da obra ou, nesse caso, do patrimônio urbano, se dá pelo fato de que é elemento representativo da existência da humanidade, de classes, de um povo. “*O seu caráter não é o fato de estar reduzida ao determinado, não é a má unicidade e a irrepetibilidade, mas sim a autêntica historicidade, ou seja, a capacidade de concretização e de sobrevivência*”.

O esforço do geógrafo deve ser o de contribuir para que o patrimônio passe a ser aquilo que de novo pode representar a totalidade urbana, dentro de uma perspectiva conjuntiva-disjuntiva dialética. O esforço deve ser no sentido de pensamentos e práticas sobre o patrimônio que o reconheça como elemento que guarda a complexidade de nossa existência histórica e memorial, ante contradições e identidades em trânsito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande questão que se coloca é a escala de abrangência do que devemos considerar como patrimônio urbano, quando monumentos históricos já não mais representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e de áreas geográficas no interior dos quais esses bens se inscrevem, como prescreve Françoise Choay.

O patrimônio urbano pode abranger a totalidade de uma cidade histórica, ou segmentos de uma cidade pós-industrial (na grande metrópole), que guarda no território ou em seu interior as marcas do passado com quarteirões, bairros, ou mesmo um agrupamento de edifícios enquanto testemunhos paisagísticos de dadas gerações. Então, é a cidade toda entendida como um patrimônio em construção-desconstrução; guarda fragmentos patrimoniais que, institucionalizados, se quer que reverberem a história em instituição.

A Geografia, entre muitas de suas formas de abordagem das diferenciações espaciais, quando trabalha com a produção do espaço urbano, é sensível aos distoantes registros da paisagem, desde a arquitetura até a morfologia do espaço urbano. É capaz de desvendar os palimpsestos representados em seus espaços. Para tanto, é necessário que esta geografia, teoricamente, trabalhe com este espaço como uma produção histórica. Que ela, no mosaico daquelas diferenciações de projetos e malhas viárias, seja capaz de definir aqueles de valor simbólico, passados e mesmo contemporâneos; de encontrar nas mesmas as representações que estejam inseridas no imaginário da natureza urbana da cidade.

Seja como fragmento ou como parte da totalidade, o valor patrimonial pode ser angariado por dois processos: pelo seu resgate ou estudo como memória

das etapas na constituição do território em *situação* e através das ações diretas daqueles que o vivenciam, usam e apropriam, cotidianamente.

Como o geógrafo não vê o espaço urbano somente como materialidade, mas também como representações simbólicas que estimulam a memória da população na construção de uma identidade, cabe, cada vez mais, buscar os fundamentos que regem a noção filosófica de totalidade. Preservar e reconhecer os territórios patrimoniais em suas diferentes escalas, em suas representações e totalizações é garantir o diálogo do antigo com o novo e assegurar o potencial vivo e de trânsito da memória.

“A vida da obra diz respeito a alguma coisa que vive fora da obra e a ultrapassa. Não se pode compreender a vida da obra com base na própria obra” (Kosík, 1976, p. 142). Não é na propriedade físico-química dos objetos ou da natureza que reside o elemento memorial, mas sim no notório ou singular modo de existência e valoração do patrimônio como realidade que é humana e social (realidade que o reproduz). O patrimônio urbano perdura na totalização, por seu contínuo reascender, da interação ininterrupta da obra e da humanidade; interação que se cristaliza e que se move nas cidades e todas suas partes, no transcurso de sua história.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. (1994) Six thèses en guise de contribution à une réflexion sur les échelles d'aménagement et le destin des Villes. In: BERQUE, A. *La Maîtrise de La Ville: Urbanité Française, Urbanité Nipponne*. Paris: Éd. d l École des Hautes Études em Sciences Sciales.
- CHOAY, Françoise. (2006) *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da UNESP.
- CORRÊA, Roberto L. (2005) Monumentos, política e espaço. *Scripta Nova. Revista*

- electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona, vol. IX, núm. 183.
- COSTA, Everaldo B. (2011) *Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. São Paulo: DG/USP – Tese de Doutorado em Geografia– FFLCH, 447p.
- COSTA, Everaldo B. (2010) *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial*. Coord. Francisco Capuano Scarlato. São Paulo: Humanitas.
- DILTHEY, Wilhelm. (2010) *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: EdUNESP.
- FERNÁNDEZ SALINAS, Víctor. (2013) De dónde y hacia dónde. Perspectivas y premisas para el entendimiento de los itinerarios culturales. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, Vol. XVIII, nº 1028.
- FERNÁNDEZ SALINAS, Víctor. (2005) Sobre de la protección a la legitimación social del patrimonio urbano en España. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona, vol. IX, núm. 194 (41).
- KEIICHI, Takeuchi. (1994) La ville comme lieu de confluence et les espaces de confluence dans la ville. In: BERQUE, A. *La Maîtrise de La Ville: Urbanité Française, Urbanité Nippone*. Paris: Éd. d l'École des Hautes Études em Sciences Sciales.
- KOSÍK, Karel. (1976) *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SITTE, Camillo. (1992) *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Org. Carlos Roberto Monteiro de Andrade. Trad. Ricardo Ferreira Henrique: São Paulo: Ática.
- TUAN, Yi-Fu. (2013) A cidade: sua distância da natureza. *Geograficidade*, v. 3, nº 1, p. 04-16.